

Os impactos da Emenda Constitucional n° 95/2016 nas Universidades Federais: O caminho para o desmonte

The impacts of Constitutional Amendment No. 95/2016 on Federal Universities: The road to dismantling

Los impactos de la Enmienda Constitucional No. 95/2016 en las Universidades Federales: El camino al desmantelamiento

Recebido: 28/10/2022 | Revisado: 09/11/2022 | Aceitado: 10/11/2022 | Publicado: 17/11/2022

Jislayne Fidelis Felinto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7138-4932>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: jislayne_22@hotmail.com

Alysson Silva de Morais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4148-530X>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: alysson.morais4@academico.ufpb.br

Rayana Andrade de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9705-802X>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: carvalhorayana@yahoo.com.br

Ladjane Fidelis Felinto Bizerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4630-0848>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: ladjanee@hotmail.com

Resumo

Este artigo levanta a hipótese de que existe um processo de desmonte das Universidades Federais — sob a ótica dos orçamentos públicos — viabilizado pelas medidas de austeridade fiscal instituídas pela Emenda Constitucional n° 95/2016, que buscou fixar um limite máximo nas despesas do Governo Federal durante vinte anos. Portanto, buscou-se analisar uma trajetória de 14 anos de financiamento, visando identificar o desmonte das Universidades Federais. Comparou-se o período de maior investimento dessas Instituições de Superior, com a instituição do Reuni, até o período obscurecido pela Emenda Constitucional n° 95/2016. A pesquisa, do tipo exploratória e descritiva, analisou os gastos orçamentários do governo federal, especificamente as despesas discricionárias, considerando as seguintes classificações: Outras Despesas Correntes - ODC (pagamento de água, energia, internet, terceirizados e outros) e Investimentos - INV (construção de imóveis e aquisição de equipamentos etc.), nas Universidades Federais de todo Brasil, que, para esta pesquisa, serão analisadas por região, entre os anos de 2007 e 2021. Como resultado, foi identificado que, em todas as regiões do Brasil, de 2007 a 2021, o orçamento do governo federal para Educação Superior, no que diz respeito a ODC e INV, vem decaindo, ocorrendo especificamente no final do governo de Dilma, mas foi no governo de Bolsonaro, de 2018 a 2021, que ocorre a redução significativa dos orçamentos.

Palavras-chave: Desmonte da educação superior; Orçamento público; Emenda constitucional.

Abstract

This article raises the hypothesis that there is a process of dismantling Federal Universities — from the perspective of public budgets — made possible by the fiscal austerity measures instituted by Constitutional Amendment No. 95/2016, which sought to set a maximum limit on Federal Government expenses for twenty years. Therefore, we sought to analyze a trajectory of 14 years of funding, in order to identify the dismantling of Federal Universities. The period of greatest investment of these Higher Education Institutions was compared with the institution of Reuni, until the period obscured by Constitutional Amendment No. 95/2016. The research, exploratory and descriptive, analyzed the federal government budget expenditures, specifically discretionary expenses, considering the following classifications: Other Current Expenses - OCE (payment for water, energy, internet, outsourced and others) and Investments - INV (construction of buildings and acquisition of equipment, etc.), at Federal Universities throughout Brazil, which, for this research, will be analyzed by region, between the years 2007 and 2021. As a result, it was identified that, in all regions of Brazil, from 2007 to 2021, the federal government budget for Higher Education, about ODC and INV, has been declining, occurring specifically at the end of Dilma's government, but it was in Bolsonaro's government, from 2018 to 2021, that it occurs significant reduction in budgets.

Keywords: Dismantling of higher education; Public budget; Constitutional amendment.

Resumen

Este artículo plantea la hipótesis de que existe un proceso de desmantelamiento de las Universidades Federales — desde la perspectiva de los presupuestos públicos — posibilitado por las medidas de austeridad fiscal instituidas por la Enmienda Constitucional N° 95/2016, que pretendía fijar un límite máximo a los gastos del Gobierno Federal por veinte años. Por lo tanto, buscamos analizar una trayectoria de 14 años de financiación, con el fin de identificar el desmantelamiento de las Universidades Federales. El período de mayor inversión de estas Instituciones de Educación Superior fue comparado con la institución de Reuni, hasta el período oscurecido por la Enmienda Constitucional N° 95/2016. La investigación, exploratoria y descriptiva, analizó los gastos del presupuesto del gobierno federal, específicamente los gastos discrecionales, considerando las siguientes clasificaciones: Otros Gastos Corrientes - OGC (pago de agua, energía, internet, tercerizados y otros) e Inversiones - INV (construcción de edificios y adquisición de equipos, etc.), en Universidades Federales de todo Brasil, que, para esta investigación, serán analizadas por región, entre los años 2007 y 2021. Como resultado, se identificó que, en todas las regiones de Brasil, a partir de 2007 hasta 2021, el presupuesto del gobierno federal para la Educación Superior, en lo que se refiere a ODC e INV, ha ido en descenso, ocurriendo específicamente al final del gobierno de Dilma, pero fue en el gobierno de Bolsonaro, de 2018 a 2021, que ocurre una reducción significativa en los presupuestos.

Palabras clave: Desmantelamiento de la educación superior; Presupuesto público; Enmienda constitucional.

1. Introdução

Considerando o cenário de políticas de austeridade fiscal, especificamente a Emenda Constitucional n° 95/2016 (2016), surgiu a necessidade de investigar como ocorre o processo de desmonte na educação superior pública, considerando o impacto do Teto de Gastos nas Universidades Federais do Brasil, medida instituída pelo governo Temer e continuada por Bolsonaro.

O desmonte aqui é empregado para se referir a toda e qualquer iniciativa que configure o desmantelamento, neste caso, das Universidades Federais, que está, segundo Lampert (2007), paulatinamente sendo desmantelada pelo esvaziamento das responsabilidades do Estado. Este processo vem ocorrendo desde as políticas neoliberais instituídas na década 90 (Guimarães, et al., 2021), quando a redução do Estado ocorre em favor da acumulação do capital, criando ambiente de ajuste fiscal e contenção de gastos (Silva & Araújo, 2022), mas que tem sofrido agravo da ameaça nos últimos anos. Pode-se dizer que as políticas de austeridade fiscal se encontram na sua pior fase, porque reverberam, para além do discurso econômico, um discurso de “demonização” das universidades, reproduzido pela extrema-direita, representada pela figura do Jair Bolsonaro.

A emenda do Teto de Gastos e a ascensão da extrema-direita ao poder têm tido efeitos cruéis para a educação nacional. Por um lado, a política de cortes nos recursos direcionados às Universidades Federais, por outro, as narrativas incorporadas aos discursos políticos, de descredibilização da ciência e dos pesquisadores, isto é, discursos no campo ideológico que direcionam o desmantelamento.

A crise orçamentária tem provocado retrocessos significativos que inviabilizam o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme destaca Amaral (2016). Recentemente, Amaral (2021), ao analisar o orçamento das UFs, compreendeu que, por causa da Emenda n° 95, as universidades públicas estão em processo de intensa deterioração orçamentária, sendo submetidas a uma constante redução de recursos, em relação às Outras Despesas Correntes (ODC) e ao Investimento (INV).

A falta de orçamento impede o investimento no setor. Para Daniel Cara, do Observatório do Conhecimento (2022), não há outro caminho para recuperar a educação que não envolva a revogação da emenda n° 95/2016. O déficit orçamentário na educação pode chegar a quase R\$ 100 bilhões, em 2022. No ensino superior, de acordo com o Levantamento do referido Observatório (2022), entre os anos de 2019 a 2021, houve uma queda na execução financeira de R\$ 6 bilhões de reais, queda que pode chegar a R\$ 7 bilhões, em 2022.

Visando esmiuçar os processos de desmonte, serão considerados marcos significativos no âmbito das políticas públicas de Educação Superior ao longo da história, sendo: a implementação do Reuni (2007-2012) — política adotada pelo governo Lula (2003-2010) que marcou a maior política de investimento nas universidades federais; a instauração da Emenda Constitucional n° 95 (2016), instituída em 2016, por Michel Temer, que marca o retrocesso da educação superior na medida em que impacta

diretamente no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, por fim, a ascensão da extrema-direita que emerge no ano de 2019 pela figura de Jair Bolsonaro, que marca um novo processo de precarização do ensino superior público, que atrela políticas austeras ao discurso da demonização das instituições públicas e do ataque à ciência e à produção científica.

Portanto, a importância deste estudo possibilita desenvolver estratégias de resistência e planejamento para evitar maiores danos, sobretudo quando se tem em vista as políticas de austeridade fiscal, que vem apontando para o esfacelamento das universidades, nas mais variadas vias, o que torna emergente a elaboração de um estudo que denuncie o projeto em vigor que tende a fragilizar autonomia universitária e a democratização desse nível de ensino.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, adota-se na parte metodologia uma investigação qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Para Silveira e Gerhardt (2009) a pesquisa qualitativa busca um aprofundamento da compreensão dos fenômenos sociais, que, neste caso, se trata de analisar uma trajetória de 14 anos de financiamento, visando identificar o desmonte das Universidades Federais sob a ótica dos valores orçamentários liquidados, considerando classificações discricionárias ao qual o governo federal destinou para as universidades. Como a abordagem qualitativa possibilita variadas formas de fazer pesquisa, utiliza-se, para este trabalho, a pesquisa exploratória, que segundo Hair Junior (2005) busca explorar a área pesquisada, que se trata da descrição dos valores orçamentários liquidados. No caso da descrição, de acordo com Gil (2010), busca descrever as características de um determinado fato.

Nesse sentido, foram coletados os valores orçamentários liquidados, que, conforme o glossário do Portal da Transparência do Mato Grosso (2022), são aqueles referentes aos materiais, serviços, bens ou obras que foram efetivamente entregues aos órgãos públicos que os solicitaram. Deles, foram consideradas as seguintes classificações discricionárias: Outras Despesas Correntes - ODC (pagamento de água, energia, internet, terceirizados e outros) e Investimentos - INV (construção de imóveis e aquisição de equipamentos etc.), nas Universidades Federais de todo Brasil, que, para esta pesquisa, serão analisadas por região. As classificações adotadas foram coletadas no site da Câmara dos Deputados (Lei Orçamentária Anual, 2021) e consideradas nesta pesquisa porque foram as mais afetadas pela diminuição dos orçamentos pelo Governo Federal, pois são despesas discricionárias, em que o governo tem maior poder para aumentá-las ou reduzi-las, conforme projeto de governo. Cabe salientar também que os dados referentes aos valores monetários foram corrigidos pela inflação utilizando o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, que pode ser localizado no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2021).

3. Resultados e Discussão

Para compreender como vem se constituindo o processo de desmonte, é necessário ter como ponto de partida a expansão da educação superior pública nos anos 2000, que deu um salto significativo, nunca visto ao longo da história, no que diz respeito aos investimentos orçamentários do Governo Federal para as Universidades Federais do Brasil. Isso ocorreu com a implementação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, que foi criado em 2007 pelo Decreto nº 6.096 (2007), que buscou garantir um total de R\$ 2 bilhões de reais em um período de vigência de quatro anos (2008-2011).

No entanto, no período de 2008 a 2011, ocorreu um aumento dos recursos investidos no Reuni, que representou uma média de R\$ 3,5 bilhões (Oliveira, et al., 2014). O Reuni, iniciado no Governo Lula, poderia ter marcado o início de uma experiência frutífera de financiamento do setor público e a consolidação de uma política sólida de educação superior no Brasil, embasada numa perspectiva de Estado Democrático que visa injetar dinheiro público para fortalecer o bem público. Em vez disso, o que se observou foi um projeto governamental abandonado após o seu fim no ano de 2012.

Posteriormente, na gestão de Dilma Rousseff na presidência (2011 a 2016), inicia-se uma nova Era, com várias mudanças estruturais em decorrência da crise econômica, política e institucional instaurada no país a partir do ano de 2013, com forte retração do Produto Interno Bruto - PIB e aumento do desemprego, o que, por consequência, enfraqueceu o financiamento da educação superior. Esse cenário alarmante, em conjunto com escândalos envolvendo corrupção do Partido dos Trabalhadores - PT e outros partidos, e a grande comoção popular com a presença de manifestantes nas ruas de todo o país, acabou acarretando no impeachment da presidenta Dilma no ano de 2016.

Com o impeachment de Dilma Rousseff e o fim da era do PT na presidência, as políticas de educação superior entram em uma nova fase, sob a direção de Michel Temer, que passou a assumir o cargo de presidente do Brasil em agosto de 2016. O cenário, nesse contexto, manteve-se sob forte crise econômica (Oliveira, 2019), que foi o pretexto do presidente interino iniciar no país a Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 241/55, que, quando aprovada pelo Congresso Nacional, passou a ser a Emenda Constitucional nº 95, entrando em vigor no dia 15 de dezembro de 2016. A Emenda buscou fixar um limite máximo nas despesas do Governo Federal durante vinte anos, sendo que as despesas são vinculadas à assistência social, educação, saúde, cultura, saneamento básico, defesa nacional e outros (Oliveira, 2019).

Com a EC nº 95/2016 em vigor, o investimento na educação despenca. De acordo com Pellanda (2020), o teto de gastos, desde sua implementação no ano de 2016, já representa uma perda de R\$ 99,5 bilhões para a educação como um todo (incluindo a básica), sendo R\$ 32,6 bilhões só no ano de 2019, segundo os dados contabilizados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Quando se fala em educação superior, o cenário é ainda pior. Nesse sentido, inicia-se um período de desmonte no desmonte, pois a experiência tímida de investimento no setor público não só começa a definhir, como sofre um forte retrocesso.

Em outras palavras, um projeto de desmonte das políticas públicas brasileiras, dentre elas, a educação superior, sobretudo as Instituições Federais de Ensino Superior. Com isso, compreende-se que o governo de Temer, apesar do curto período na Presidência da República, radicalizou as políticas de austeridade no país e evidenciou ainda mais a crise de acumulação do capital, fortalecendo a ideia do Estado mínimo, corroborando com a candidatura do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

A radicalização das políticas neoliberais, no governo Bolsonaro, não veio apenas transvestida pelo “arrocho” das políticas econômicas, mas também por um discurso de vertente religiosa que irá marcar fortemente a tentativa de ataque às universidades (Mancebo, 2020). A ameaça às instituições universitárias públicas, que concentram 95% da produção científica do país, irá agravar ainda mais os cortes orçamentários (Moura, 2019), refletindo um projeto de esfacelamento dessas instituições.

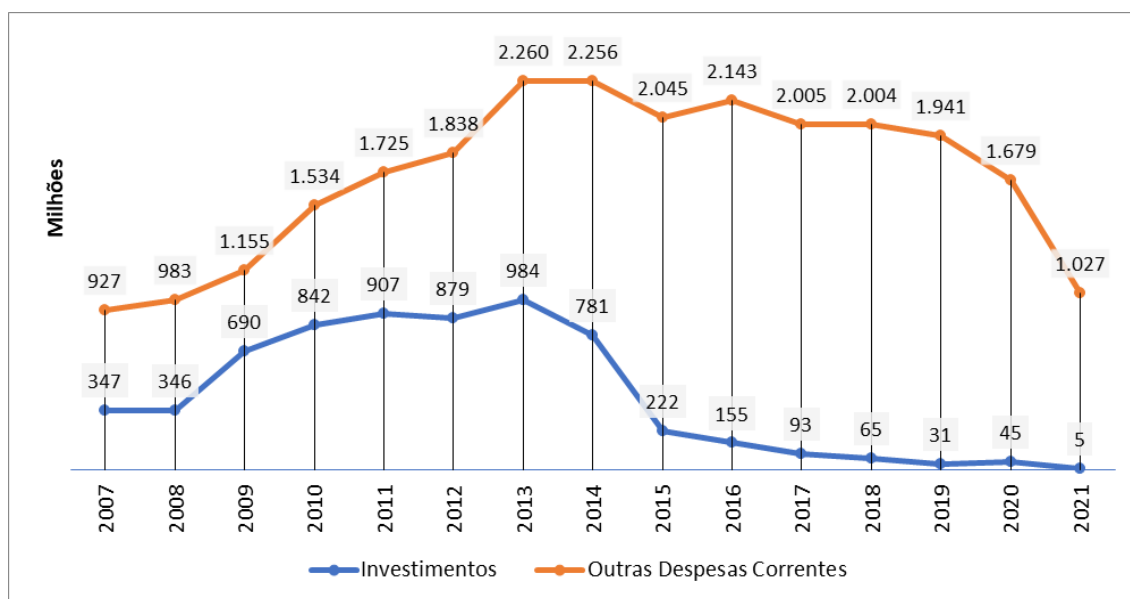
Além do cenário exposto, a educação superior, que já vinha sofrendo os efeitos dos cortes orçamentários, sofre um novo retrocesso: o da pandemia ocorrida em 2020 com o surgimento da Covid-19, vírus de fácil contágio, letal, que foi se espalhando e se caracterizando em um cenário marcante de crise sanitária, o que levou a Organização Mundial de Saúde – OMS decretar “estado de emergência global” no dia 30 de janeiro de 2020, alertando sobre os riscos de contaminação e da necessidade de adoção de medidas de segurança sanitária.

No Brasil, na gestão do governo de Bolsonaro, mais uma vez o ataque à produção científica, agora sob viés do negacionismo da pandemia, o que evidenciou ainda mais a estratégia política de radicalização do Estado neoliberal brasileiro, reduzindo cada vez mais a sua responsabilidade em relação às problemáticas sociais (Costa, et al., 2021).

Na educação superior o cenário não foi diferente. Com as novas práticas de ensino remoto imposto a toda comunidade universitária mediante as portarias que regulamentaram o ensino remoto, autorizando a substituição das aulas presenciais (portaria do MEC nº 544, publicada no Diário Oficial da União, no dia 17 de junho de 2020), novos cortes orçamentários foram realizados. Todavia, fica evidenciado nos gráficos abaixo o quanto os gastos orçamentários para as Universidades Federais brasileiras (analisadas por Região) foram diminuindo ao longo dos anos, compreendendo o período de 2007 a 2021.

O Gráfico 1 demonstra dados sobre a Região Nordeste, que, entre 2007-2012 (Reuni), os Investimentos apresentaram uma evolução de, aproximadamente, 531 milhões de reais (+153,43%), enquanto Outras Despesas Correntes foram aumentadas em algo próximo a 911 milhões de reais (+98,29%). Durante a regência da presidenta Dilma (2011-2016), os Investimentos nas Universidades Federais nordestinas apresentaram uma queda de 891 milhões de reais (-90,59%), enquanto Outras Despesas Correntes caíram 255 milhões de reais (-11,30%). O governo do presidente Bolsonaro (2018-2021) foi responsável por apresentar o menor valor liquidado para os Investimentos, um pouco mais do que 5 milhões de reais (2021), considerando todo o período avaliado (2007-2021). Durante seu governo houve uma redução de 60 milhões de reais (-92,27%) nos Investimentos e de 977 milhões de reais (-48,76%) nas Outras Despesas Correntes. Considerando o período de 2007 a 2021, os Investimentos apresentaram uma queda de 341,6 milhões de reais (-98,55%). Já na classificação de Outras Despesas Correntes o montante caiu 10,78%. Se for feita uma avaliação durante o período de 10 anos (2011-2021), considerando a soma dos recursos para Investimentos e Outras Despesas Correntes (INV + ODC), constate-se que as Universidades Federais nordestinas deixaram de receber o montante de pouco mais de 1,6 bilhões de reais, representando uma redução de 60,79%.

Gráfico 1 - Outras Despesas Correntes e Investimentos Liquidados pelas Universidades Federais da Região Nordeste (atualizado pelo IPCA).



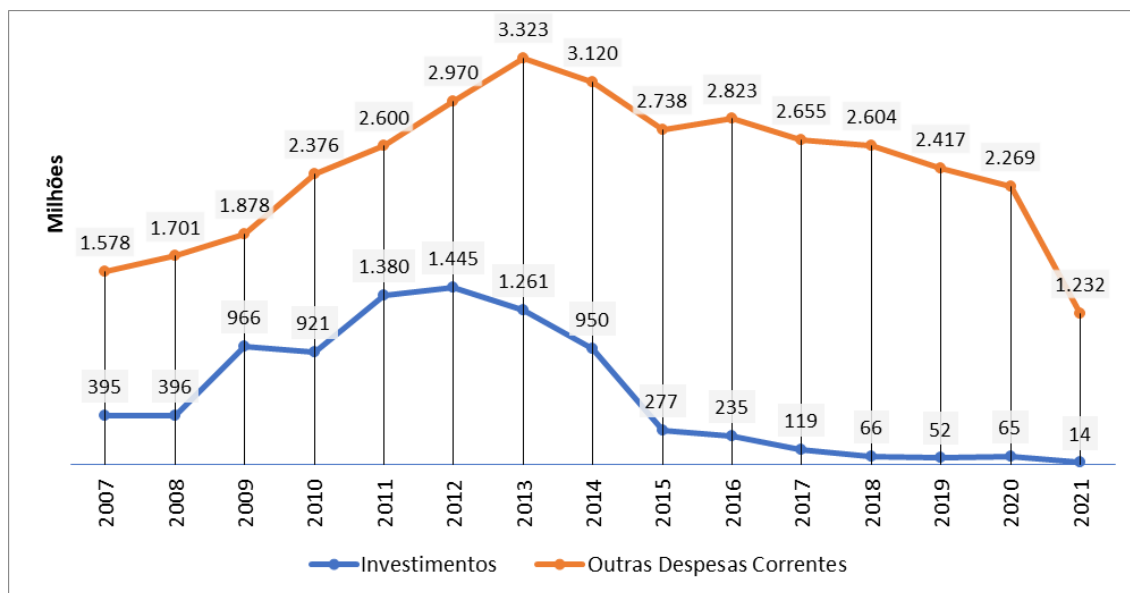
Fonte: Autores.

O Gráfico 1 reverbera a afirmação de que com a ascensão neoconservadora, que emergiu no ano de 2019, com o apoio de Jair Bolsonaro, marcou-se o processo de dismantelamento da educação superior público sem precedentes, o qual, no ano de 2021, registrou o menor montante de Investimento, dentro do período de 14 anos.

Ao comparar a região Nordeste com outras regiões do Brasil, observamos que a região Sudeste, no período de 2007 a 2012, apresentou um aumento nos Investimentos de 1,049 bilhões de reais (+265,53%), enquanto o aumento de Outras Despesas Correntes foi de 1,391 bilhões de reais (+88,17%), com o Reuni. Durante o período da presidência de Dilma Rousseff, tanto o montante de Investimentos como o de Outras Despesas Correntes indicam queda de 1,142 milhões de reais (-90,57%) e 667 milhões de reais (-20,10%), respectivamente. De 2018 a 2021, durante a regência de Bolsonaro, os Investimentos permaneceram sendo reduzidos, totalizando 51,6 milhões de reais (-78,34%), enquanto o valor de Outras Despesas Correntes foi reduzido no montante de 1,372 bilhões de reais (-52,70%). Pode-se afirmar que o montante de Investimentos e Outras Despesas Correntes permanecem baixos, além da constante queda. No geral, durante os anos pesquisados, os Investimentos contabilizaram uma

redução de 381 milhões de reais (-96,39%) e Outras Despesas Correntes de 346 milhões (-21,98%), como é representado no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Outras Despesas Correntes e Investimentos Liquidados pelas Universidades Federais da Região Sudeste (atualizado pelo IPCA).

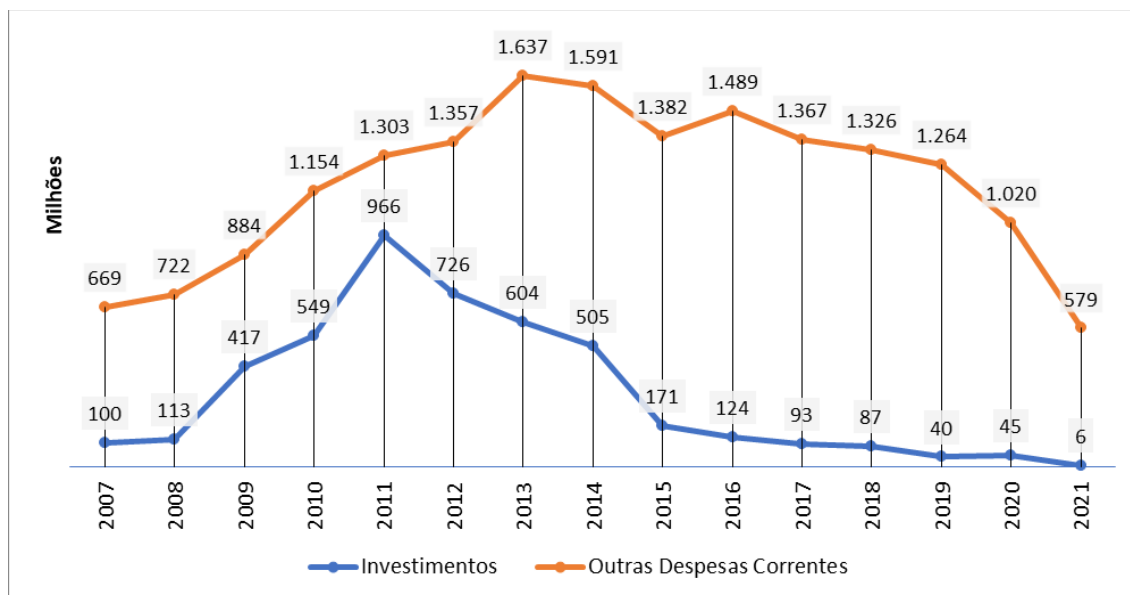


Fonte: Autores.

A análise da Região Sul, durante os anos de 2007 a 2012 (Reuni), demonstra que os Investimentos aumentaram em 625 milhões de reais (+623,51%) e as Outras Despesas Correntes em 688 milhões de reais (+102,93%). De 2013 a 2017, durante a presidência de Dilma, a redução de 510,8 milhões em Investimentos equivale a 84,57% de queda, enquanto o valor de Outras Despesas Correntes sofreu com a perda de 270 milhões de reais (-16,50%). Novamente, o período da presidência de Jair Bolsonaro caracteriza o pior período de depreciação de Investimentos e Outras Despesas Correntes, representados por reduções na casa dos 80 milhões de reais (-92,70%) e 747 milhões de reais (-56,34%), respectivamente. No geral, entre os anos estudados, os Investimentos sofreram queda de 93,97 milhões de reais (-93,70%), enquanto Outras Despesas Correntes apenas de 89,75 milhões de reais (-13,42%), como é representado no Gráfico 3.

Com o menor quantitativo, em termos percentuais, se comparada às demais regiões, o Centro-Oeste recebeu, durante o período do Reuni, Investimentos na casa dos 20 milhões de reais (+8,61%), enquanto Outras Despesas Correntes foram acrescidas em 445,8 milhões de reais (+58,28%). Nos anos de 2013 a 2017, a queda de Investimentos e Outras Despesas Correntes foi de 285,2 milhões (-89,31%) e 868 milhões de reais (-53,12%), respectivamente. Os Investimentos, no período de 2018 a 2021 demarcaram perda de 20,4 milhões de reais (-86,09%), enquanto o ODC foi responsável pela queda de 429,6 milhões de reais (-54,86%). Como consequência, de forma geral, os Investimentos reduziram 229,97 milhões de reais (-98,58%) e as Outras Despesas Correntes 411,5 milhões de reais (-53,79%). O Gráfico 4 deixa explícito o retrato desses números.

Gráfico 3 - Outras Despesas Correntes e Investimentos Liquidados pelas Universidades Federais da Região Sul (atualizado pelo IPCA).



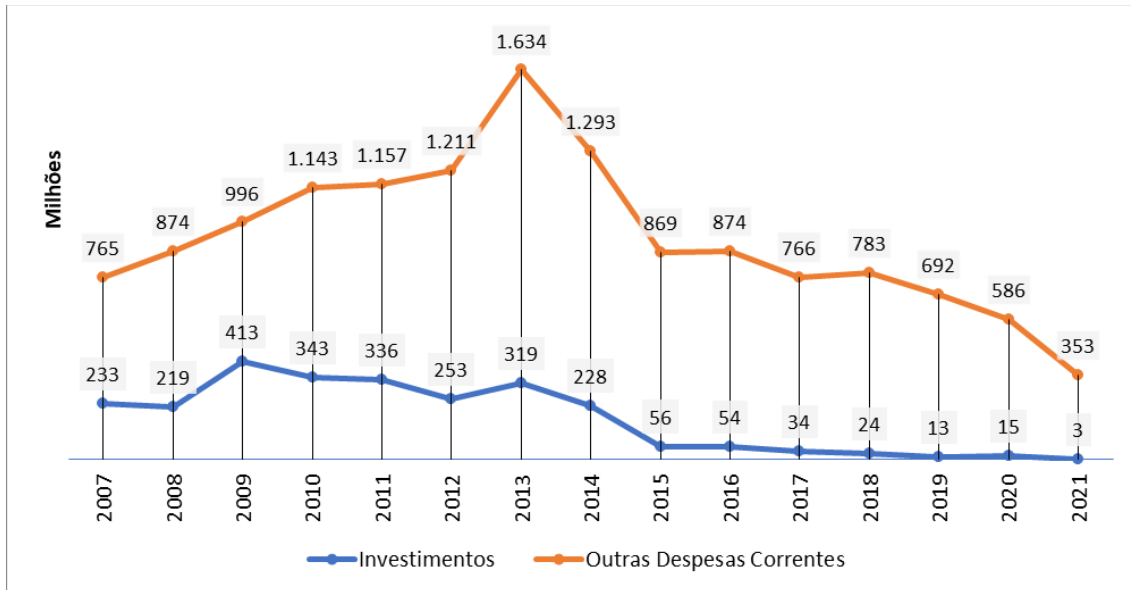
Fonte: Autores.

Os anos de 2007 a 2012 representaram positivamente para o Norte, cujo liquidado de Investimentos foi acrescido em 263,7 milhões de reais (+ 217,20%), enquanto Outras Despesas Correntes fora representada pelo montante de 392,6 milhões de reais (+ 132,59%). Esses montantes vieram a cair durante o governo de Dilma, chegando 359 milhões de reais em Investimentos (-88,52%) e 163,17 milhões de reais (- 19,28%) de Outras Despesas Correntes. A queda permaneceu nos anos seguintes, sob o regimento de Jair Bolsonaro, onde o Investimentos demonstrou queda de 23,47 milhões (-83,59%) e a Outras Despesas Correntes foi reduzida em 374,44 milhões de reais (-53,87%). No geral, durante os anos de 2007 a 2021, os Investimentos passaram por uma queda de 116,80 milhões de reais (- 96,21%) e as Outras Despesas Correntes por um acréscimo de 24,50 milhões de reais (+8,27%). Dentre as regiões estudadas, o Norte foi a única que não apresentou um Outras Despesas Correntes negativas, considerando o liquidado em todo o período estudado. O Gráfico 5 demonstra as informações perpassadas.

Com o panorama geral dos dados das Universidades Federais em relação aos cortes nos orçamentos, visualizadas por região, compreende-se que todas as instituições foram afetadas drasticamente, considerando o montante de recursos liberados para as universidades no contexto do Reuni e no final do governo Dilma e os cortes deliberados no governo de Bolsonaro.

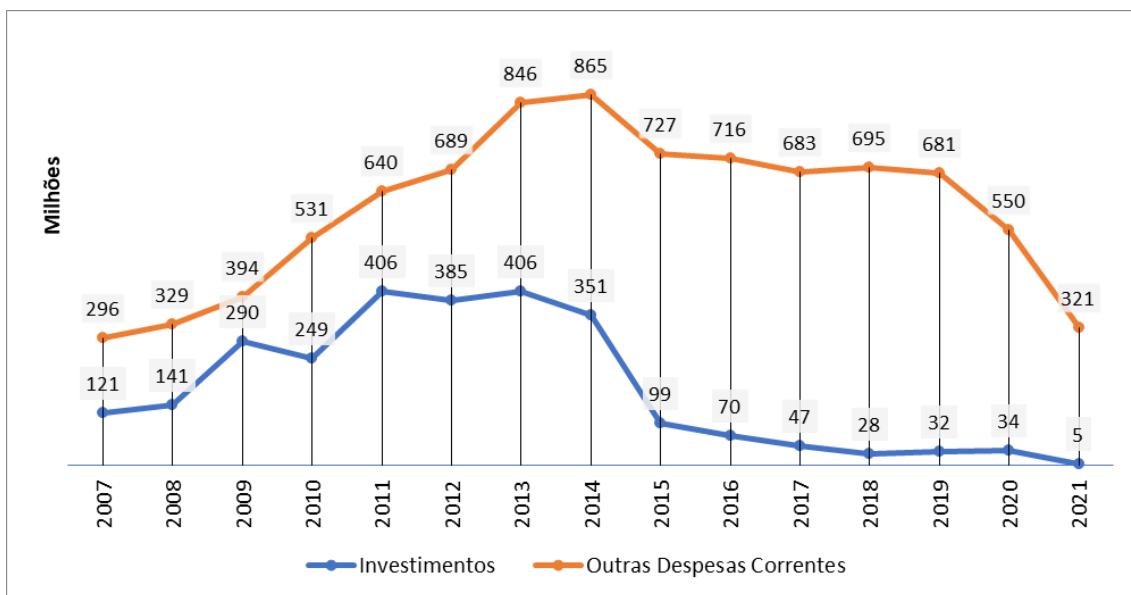
Segundo o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as universidades precisariam de, ao menos, R\$ 7,2 bilhões para manter a manutenção adequada e a sua capacidade de compra, o que não vem ocorrendo (Konchinski, 2022). O valor aquém do necessário pode levar as Universidades Federais ao colapso, sobretudo com o retorno das aulas presenciais.

Gráfico 4 - Outras Despesas Correntes e Investimentos Liquidados pelas Universidades Federais da Região Centro-Oeste (atualizado pelo IPCA).



Fonte: Autores.

Gráfico 5 - Outras Despesas Correntes e Investimentos Liquidados pelas Universidades Federais da Região Norte (atualizado pelo IPCA).



Fonte: Autores.

A pandemia evidenciou também o “risco de morte” das Universidades Federais a partir dos cortes orçamentários que afetam diretamente o seu funcionamento, comprometendo, sobremaneira, a qualidade do ensino. Tal contexto se trata do arrocho das políticas de austeridade provocadas pelo Estado Neoliberal, que provocaram um “golpe fatal” na educação superior pública mediante a EC n° 95/2016, constituindo em um desmonte. Com a era Temer-Bolsonaro, podemos falar no desmonte do desmonte, com forte crise no setor da educação superior pública decorrente da EC n° 95/2016, que precarizou o financiamento das IES federais, sendo desenvolvida, por este último, uma narrativa de desmoralização das UFs, tirando a credibilidade delas e colocando “em xeque” o lugar social em que se produz 95% da ciência do país.

4. Conclusão

Os pontos que marcam uma parte da história da educação superior, que foram ressaltados, considerando os governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, permite perceber que ocorre processo de desmonte da educação superior pública após o Reuni, que reflete em um projeto político de Estado neoliberal que desresponsabiliza a função pública do Estado na garantia do direito à educação a partir do sucateamento das Universidades Federais via cortes nos seus orçamentos, nos mais diversos setores da universidade, comprometendo não só a qualidade do ensino como o seu próprio funcionamento. A Emenda Constitucional nº 95 é a efetivação da morte das universidades e da produção científica no Brasil, demonstrando de forma escancarada e deliberada no governo de Temer e Bolsonaro.

Contudo, compreende-se que esta pesquisa se trata de um ponto de partida para futuras e possíveis investigações, no sentido de considerar os impactos de tais cortes no interior das Universidades Federais do Brasil, analisando sob quais setores e grupos sociais estão sendo mais afetados.

Referências

- Amaral, N. C. (2021). A Hora da Verdade para as Universidades Federais brasileiras: Metas do PNE (2014-2024) e 10 Mitos a serem debatidos e desvendados. <https://souciencia.unifesp.br/contact/pesquisadores-associados/prof-dr-nelson-cardoso-amaral>.
- Amaral, N. C. A. (2016). PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 32(3), 653-673. <https://souciencia.unifesp.br/contact/pesquisadores-associados/prof-dr-nelson-cardoso-amaral>.
- Costa, R. M. P., Silva, A. V. L., & Arrais Neto, E. de A. (2021). Nefarious aspects of the Covid-19 pandemic on education policy in Brazil. *Research, Society and Development*, 10(3), e29310313313. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13313>.
- Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. (2007). Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais. Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.
- Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a ed.): Atlas.
- Guimarães, V. J. B., Nomeriano, A. S., & Silva, R. C. (2021). O desmonte da educação superior pública brasileira em tempos de neofascismo e de miserabilidade da razão. *VII Semana Internacional de Pedagogia 2020 (on-line)*. https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-f17f822c4a956f6198419555f363494823f2d075-segundo_arquivo.pdf.
- Hair Junior, J. F. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). (2021). Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2007 a 2021. <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.
- Konchinski, V. (2022). Universidades Federais perdem 12% do orçamento durante o governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/16/universidades-federais-perdem-12-do-orcamento-durante-governo-bolsonaro>.
- Lampert, E. (2007). O desmonte da universidade pública: a interface de uma ideologia
 the decline of public university: the interface of an ideology. *Revista Linhas*, 7(2). <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1342>.
- Lei Orçamentária Anual. (2021). Câmara dos Deputados. Orçamento da União de 2007 a 2021. Brasília, DF. <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>.
- Mancebo, D. Pandemia e educação superior no Brasil. (2020). *Revista Eletrônica de Educação - Reeduc*, 14, 1-15, e4566131. <http://dx.doi.org/10.14244/198271994566>.
- Moura, M. (2019). Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil. <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>.
- Observatório do Conhecimento. (2022). Perdas no orçamento do conhecimento podem chegar a R\$ 100 bilhões, em 2022. <https://observatorioconhecimento.org.br/perdas-no-orcamento-do-conhecimento-podem-chegar-a-r-100-bilhoes-em-2022>.
- Oliveira, A. J., Almeida, B. L., & Carneiro, T. C. J. (2014). Programa Reuni nas Instituições de Ensino Superior Federal [IFES] Brasileiras: Um Estudo da Eficiência Operacional por meio da Análise Envoltória de Dados [Dea] no Período de 2006 a 2012. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 13(3), 1179–1210. <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/4196>.
- Oliveira, V. A. (2019). Emenda Constitucional 95 e seu Impacto sobre o orçamento da UnB. *Dissertação de mestrado*. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38244/1/2019_VivianeAmorimdeOliveira.pdf.

Pellanda, A. (2020). Em 2019, a educação perdeu R\$ 32,6 bi para o Teto de Gastos. *ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo*. <https://adufs.org.br/conteudo/1887/em-2019-a-educacao-perdeu-r-32-6-bi-para-o-teto-de-gastos>.

Portal da Transparência do Mato Grosso. (2022). Glossário do Portal da Transparência do Mato Grosso. <http://www.transparencia.mt.gov.br/glossario>.

Silva, L. M. A., & Araújo, R. S. (2022). Financiamento das universidades federais em contexto de crise, contrarreformas e austeridade fiscal. *Revista Cocar*, 16(34), 1-19. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4996>.

Silveira, D. T., & Gerhardt, T. E. (2009). *Métodos de Pesquisa*. UFRGS.